



## CIÊNCIAS DA SAÚDE

**Uma análise sobre a relação entre as condições de trabalho e a saúde de professores estaduais em Educação Física de Pelotas - RS*****An analysis of the relationship between work conditions and health of state teachers in Physical Education in Pelotas - RS***Ivan Bremm de Oliveira<sup>1</sup>, Leonardo Lemos Silveira<sup>2</sup>,  
Giovanni Felipe Ernst Frizzo<sup>3</sup>**RESUMO**

O artigo objetiva analisar a relação entre as condições de trabalho e saúde dos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Pelotas no Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas. Como instrumento metodológico, utilizamos um questionário com perguntas abertas e fechadas intitulado Enquete Docente. Participaram 26 professores de 18 escolas urbanas e rurais que atuam no Ensino Médio Politécnico. Os dados foram analisados através da análise estatística descritiva e de conteúdo. Os resultados apontaram a influência negativa da intensificação e precarização do trabalho docente na qualidade de vida e do trabalho em três aspectos centrais: a) condições de infraestrutura: falta de recursos materiais e equipamentos; b) condições de trabalho: jornada exaustiva, multiempregos, desvalorização salarial; e, c) saúde física e mental: desmotivação, desgaste, estresse. Aproximadamente metade deles já utilizou medicamentos em razão decorrente do trabalho. As condições estruturais, o regime de trabalho, a baixa remuneração e a insatisfação com o atual plano de carreira, são aspectos que interferem negativamente nas condições objetivas de suas vidas e ocasiona o adoecimento.

**Palavras-chave:** Educação física; saúde docente; condições de trabalho.**ABSTRACT**

*The article aims to analyze the relationship between the working conditions and health of Physical Education teachers who work in the High School of the State Education Network of Pelotas in Rio Grande do Sul, in the city of Pelotas. As a methodological tool, we used a questionnaire with open and closed questions entitled Teaching Survey. 26 teachers from 18 urban and rural schools that work in the Polytechnic High School participated. The data were analyzed through descriptive and content statistical analysis. The results showed the negative influence of the intensification and precariousness of teaching work on the quality of life and*

<sup>1</sup> Doutor em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas/RS - Brasil. E-mail: [ivanbremmoliveira@gmail.com](mailto:ivanbremmoliveira@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas/RS - Brasil. E-mail: [lsleonardolemosilveira@gmail.com](mailto:lsleonardolemosilveira@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas/RS - Brasil. E-mail: [gfrizzo2@gmail.com](mailto:gfrizzo2@gmail.com)



*work in three central aspects: a) infrastructure conditions: lack of material resources and equipment; b) working conditions: exhaustive work hours, multi-jobs, wage devaluation; c) physical and mental health: demotivation, wear and tear, stress. Approximately half of them have already used medication due to work. Structural conditions, the work regime, low pay and dissatisfaction with the current career plan, are aspects that negatively interfere in the objective conditions of their lives and cause illness.*

**Keywords:** *Physical education; teaching health; work conditions.*

## 1. INTRODUÇÃO

Os impactos da reestruturação produtiva<sup>4</sup> na esfera educacional e sobre o trabalho dos professores da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1990 na qual são intensificadas as reformas educacionais no Brasil, têm sido acompanhados de mudanças de paradigmas na formação escolar. Exemplo destas modificações é a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em curso que pretende estabelecer parâmetros de formação articulada nacionalmente e, também, a recente aprovação da Reforma do Ensino Médio que aprofunda a concepção mercadológica para a formação escolar. Alguns estudos têm sido desenvolvidos e apresentam tais questões que conformam a realidade escolar em torno da disputa de projetos educacionais. (MOLINA NETO *et al.*, 2017; SOUZA; RAMOS, 2017).

Para desenvolvermos a investigação, definimos como ponto central a análise da realidade do trabalho docente e pedagógico partindo da categoria Trabalho sob a perspectiva científica e filosófica materialista. A categoria ontológica do Trabalho, como atividade humana produtiva da existência e sua dimensão histórica, manifestada a partir da relação entre capital e trabalho, constitui-se em um conjunto de relações que configuram o Mundo do Trabalho, originando um campo investigativo que supera por incorporação, as análises centradas exclusivamente nas relações do mercado de trabalho. Isto é, há uma considerável limitação em pensar as relações de trabalho docente somente na esfera do mercado, pois este se configura como um espaço de compra e venda da mercadoria força de trabalho, mercadoria esta que é propriedade do trabalhador nas relações de assalariamento. Portanto, o limite se estabelece a partir da constatação de que o trabalho é produtor da própria existência do ser humano, mediação deste com a natureza e com os demais homens e mulheres, não podendo ser reduzido a uma mercadoria (embora no sistema sócio-metabólico atual, esta atividade humana é subsumida ao capital e tornada meio de produção de capital).

---

<sup>4</sup> O processo de reestruturação produtiva - estratégia de enfrentamento à crise do capital - está circunscrito a uma série de mudanças socioeconômicas, políticas e culturais que apontam para a crescente substituição do modelo de produção taylorista/fordista pelo modelo de acumulação flexível. Este último é marcado pela flexibilidade produtiva, isto é, pela capacidade de fabricar grande quantidade de produtos diferenciados em curto espaço de tempo. Caracteriza-se, ainda, pela flexibilização das relações de trabalho, dos mercados, do consumo, entre outros elementos (ANTUNES, 2007). Neste sentido, a reestruturação produtiva caracteriza-se pela tendência ao enxugamento do quantitativo de trabalhadores, o que, além de reduzir custos, desmobilizar politicamente a classe trabalhadora, além de submetê-las aos ditames do capital, dado o aumento do desemprego e da concorrência. Em relação ao trabalho dos professores, as reformas educacionais, a elevada carga horária e a situação de multiempregos entre outros, expressam essa realidade.



Ao apontar o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e de sua centralidade no desenvolvimento da sociedade, onde os diferentes modelos de produção até então experimentados pela humanidade, estabelecem as bases para a reprodução de sua forma de organização, assim buscamos entender os fundamentos da formação humana e como esta se manifesta no atual período histórico. De maneira geral, a educação se consolida na incumbência de atender as demandas apresentadas pela esfera produtiva, formando um determinado tipo de ser humano necessário à lógica do mercado.

Nosso ponto de partida é o trabalho compreendido como mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (MÉSZÁROS, 2002). A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimento e de cultura pela humanidade. No entanto, a produção da existência adquire caráter histórico relativo ao modo de produção em que a existência é produzida. O trabalho docente, portanto, é uma prática social que expressa, dentro das suas possibilidades objetivas, as determinações políticas e ideológicas dominantes em uma sociedade ou, por contradição, busca a explicitação da superação destas determinações. Como particularidade da forma trabalho, o trabalho docente estabelece relações distintas de outras possibilidades quando o produto da atividade é consumido no ato de produção, diferente do trabalho de um operário na fábrica, por exemplo. Na forma de assalariamento própria do sistema do capital, também o trabalho docente se distingue do trabalho produtivo que produz diretamente mais-valia, pois a caracterização dos professores vinculados ao serviço público, não estabelece centralmente, senão indiretamente, a produção de lucratividade ou mais-valia como elemento basilar de sua atividade.

A relação entre as condições de trabalho e a saúde docente tem sido uma temática estudada por diversos segmentos do campo acadêmico, destacamos os estudos de Codo (1999), Elias e Navarro (2014), Santini e Molina Neto (2004) e Frizzo e Bopsin (2017). Este último traz uma reflexão importante sobre a qualidade da educação e da vida dos professores quando aponta que a intensificação do trabalho docente e a ampliação da jornada de trabalho diária, marcada pela excessividade de tarefas atribuídas à docência e o fato de terem que obter outros empregos, implica maior perda da qualidade da educação, lhes causando mal-estar, desânimo e esgotamento, agravantes à saúde mental e/ou a outros problemas de saúde associados a estes sintomas. Neste estudo citado, concluiu-se que: “a precarização do trabalho e a saúde docente estão intimamente associadas, considerando que os fenômenos não existem de forma isolada, pois se compreende o mundo como um conjunto de processos.” (FRIZZO; BOPSIN, 2017, p.1279). Diante desse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar as condições de trabalho e saúde do corpo docente de EF do EM na Rede Estadual de Ensino do RS.

## 2. DECISÕES METODOLÓGICAS

No desenvolvimento da pesquisa “Educação Física, Mudanças do Mundo do Trabalho e a Reforma Curricular do Ensino Médio”, integrante dos estudos do Grupo de Pesquisa Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física, da Universidade Federal de Pelotas, utilizamos como instrumento de coleta de informações um questionário



intitulado Enquete Docente, com perguntas abertas e fechadas, que foi respondido por 26 professores de Educação Física (EF) que atuam no Ensino Médio (EM) da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul (RS) na cidade de Pelotas-RS. Foi realizado um pré-teste (GIL, 2002) com este instrumento de pesquisa com professores de outra rede de ensino para verificação da clareza e precisão dos termos, quantidade, forma e ordem das perguntas desse questionário. Este instrumento foi dividido em 6 seções: trabalho e formação; condições de trabalho; saúde e qualidade de vida; organização do trabalho pedagógico; engajamento político; questões gerais. Com base na segunda e terceira seção da Enquete Docente, fizemos um cruzamento de informações de dados pessoais respondidos e outros aspectos relevantes para este artigo.

A enquete foi respondida por professores de EF das escolas estaduais da cidade de Pelotas-RS que trabalham ou trabalharam no EM desde o ano de implementação da nova proposta curricular em 2012. A definição de participação dos professores nesta pesquisa é decorrente de que a incumbência da oferta do EM é prioridade dos Estados e, no RS, as últimas administrações estaduais tem diminuído a oferta de matrículas e fechado escolas de Ensino Fundamental em razão da prioridade desta oferta ser de responsabilidade dos municípios. Portanto, a etapa da Educação Básica em que se encontram a ampla maioria dos professores da rede estadual é nas escolas de EM.

Com este recorte, participaram da pesquisa 26 professores que atuam em 18 escolas estaduais de EM da cidade de Pelotas-RS de um total de 23 escolas existentes no âmbito da 5ª Coordenadoria Regional de Ensino (5ª CRE) do RS, sendo 20 localizadas na Zona Urbana e 03 na Zona Rural. Destas escolas, uma não tem EF por se tratar de uma escola de nível técnico profissionalizante em nível subsequente e das 4 escolas restantes não tivemos retorno do questionário ou foi negada a participação pelos professores.

Consideramos que os resultados são significativos pelo percentual de participação de professores, totalizando 82% de escolas envolvidas (excetuando a escola que não oferta EF em seu currículo), sendo 15 de Zona Urbana e 3 de Zona Rural, portanto com uma abrangência relevante para os objetivos propostos. Em relação ao número de participantes, é difícil identificar o número total de professores que atuam no EM em virtude da rotatividade elevada existente na rede estadual, tanto no sentido de ingresso e exoneração de professores quanto do âmbito de atuação dos professores (alguns professores trabalham no Ensino Fundamental em determinados momentos e depois no EM em outros). Desta forma, fizeram parte da investigação o número máximo de professores que responderam à enquete, sem eliminação de nenhum questionário, desde que tivessem trabalhado no EM no período do Ensino Médio Politécnico do RS.

Além da autorização da 5ª CRE do RS, todos os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que suas informações pudessem ser utilizadas na compilação das informações coletadas e passaram por análise estatística descritiva e de conteúdo, portanto, sendo analisadas através de métodos quantitativos e qualitativos, os quais constituíram as categorias empíricas da pesquisa. Para garantia da confidencialidade, os nomes de participantes da pesquisa foram omitidos e caracterizados pela ordem de resposta da Enquete Docente da seguinte forma: P1, P2, P3 e assim por diante.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os professores de EF da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Pelotas, que atua no EM é composto em sua maioria por mulheres (65%), casada (as) (46%), com filhos (as) (69%) e com pequena prevalência de idade entre 31 a 40 anos (31%). Destaca-se ainda o baixo percentual de professores com idade até 30 anos (12%). Possivelmente, o baixo número de professores nesta faixa etária na rede se deva pelos vários anos em que não houve concurso público para a Rede Estadual de Ensino, portanto, os professores que compõem a categoria já ingressaram há mais tempo e já tem idade acima de 30 anos.

As condições de trabalho docente envolvem um conjunto de elementos que configuram as relações laborais que devem ser analisadas especialmente acerca da jornada de trabalho, remuneração, carreira e infraestrutura. Neste sentido, a configuração da jornada de trabalho do corpo docente é apresentada no quadro abaixo.

**Quadro 1** - Regime de trabalho docente de EF da Rede Estadual e outros.

| Regime de Trabalho               | Até 20h* | 40h**    | Acima de 40h |
|----------------------------------|----------|----------|--------------|
| Regime de Trabalho Rede Estadual | 13 (50%) | 11 (42%) | 2 (8%)       |
| Regime Rede Estadual e outras    | 9 (36%)  | 12 (48%) | 4 (16%)      |
| Regime de trabalho total***      | 8 (31%)  | 10 (38%) | 8 (31%)      |

Fonte: Elaborado por Frizzo, Silveira e Oliveira (2018).

\*Dos professores que atualmente trabalham 20h, três possuem outras 20h de aposentadoria e; um possui 40h de aposentadoria

\*\* Dos professores que atualmente trabalham 40h, um professor possui 20h de aposentadoria;

\*\*\*Foram citadas outras atividades: 10h com vendas, 30h em academia, 20h em comércio e 5h como *Personal Trainer*

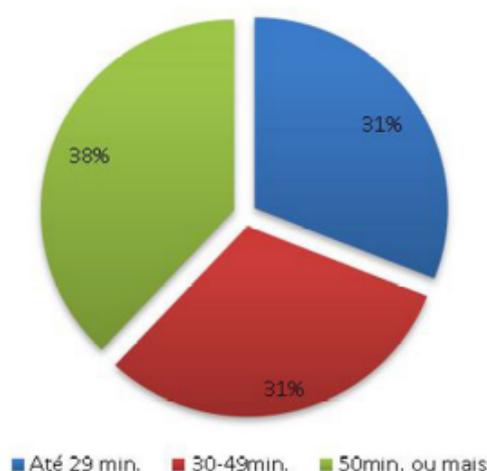
De acordo com os dados do quadro 1, metade dos professores trabalha até 20h na Rede Estadual, e busca em outras redes de ensino, complementação para seus turnos e salários; 48% dos professores possuem jornada entre 21h a 40h se contabilizarmos a carga horária de outras redes de ensino concomitantes. Ao somarmos ainda a carga horária de outras fontes de renda ou vínculos empregatícios, temos um aumento considerável de professores que trabalham acima de 40h, passando de 8% somente na Rede Estadual para 31% totalizando todas as fontes de renda, inclusive com um professor chegando a 62h de jornada de trabalho semanal. Ou seja, 69% da categoria docente tem jornada de trabalho de 40h ou mais. A elevada carga horária do corpo docente de EF constatada revela que esse quadro permaneceu inalterado ao longo dos anos, pois a pesquisa de Silva (2010) com professores da mesma rede de ensino relatou que 48% do corpo docente desta rede já trabalhavam em regime de 40h ou mais na época. A carga horária elevada é uma realidade já constatada na literatura referente ao trabalho docente (SINOTT, 2013; ANDRADE, 2011; LEMOS, 2011) pois para melhorarem sua remuneração, os professores aumentam suas horas de trabalho, inclusive em outros espaços de trabalho além do escolar, fato esse que prejudica a qualidade de suas aulas por não terem o tempo necessário de prepará-las.



A carga horária de trabalho na docência, em geral, resume-se ao tempo de aulas, reuniões, preparação de aulas, correção de trabalhos, avaliações etc., porém, outra parte importante do tempo destinado para o trabalho docente está no tempo de deslocamento da residência até a escola ou às escolas em vista que diversos professores trabalham em mais de uma escola. Assim, os professores foram convidados a responder sobre o tempo diário utilizado para deslocamento até o trabalho, tanto de ida como de volta ao final da jornada. Conforme a figura 1, foi apontado que 31% levam até 29min para deslocamento; outros 31% levam de 30min a 49min; 38% levam 50min ou mais para realizar este deslocamento.

**Figura 1** – Tempo médio deslocamento para o trabalho.

### Tempo médio no deslocamento casa-escola e vice-versa



Fonte: Elaborado por Frizzo, Silveira e Oliveira (2018).

Neste tempo de deslocamento, os professores indicaram a utilização de mais de um meio de transporte até a escola ou escolas em que trabalham, portanto, apontamos a utilização de cada meio por parte dos professores: a utilização de carro ou moto foi apontada por 69% dos professores; ônibus foi indicado por 27%; bicicleta indicada em 8%; táxi 4%; e 12% se deslocam a pé para o trabalho.

A carga horária prevista para planejamento, avaliação, reuniões pedagógicas e outras atividades, é considerada pouca ou insuficiente pela maioria dos professores (62%), o que atrapalha a organização de seu trabalho e a qualidade das aulas de EF, pois não conseguem prepará-las adequadamente, conforme relataram: “acontece que em 60h/a fica muito prejudicado esse planejamento, pois é muita correria” (P20); “planejamento no lar (ou seja, por minha conta) sem carga horária” (P5); “uma hora, uma vez por semana. Não considero suficiente” (P4).

Uma das categorias de respostas da Enquete Docente se referiu à questão das condições de trabalho docente na Rede Estadual de Ensino. Em relação à remuneração dos professores, ao serem perguntados sobre a faixa salarial em que se encontram foram elencadas opções levando em consideração o salário-mínimo nacional de R\$ 788,00 (valor oficial nacional de 2015, ano referência para o início da coleta de informações). Nas respostas, 31% apontaram um salário de até 3 salários-



mínimos, outros 31% até 2 salários-mínimos, 19% recebem entre até 4 salários-mínimos e 19% responderam receber até 5 salários mínimos.

A partir das respostas, foi possível observar que a maioria dos professores se encontra nas faixas salariais de até 3 salários-mínimos perfazendo um total de 62% da categoria, o restante - 38% - está dividido entre as faixas salariais de 3 a 5 salários-mínimos. Levando em consideração a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Lei 11738/2008), que anualmente reajusta o valor do piso salarial e aponta para 2018 o valor de R\$ 2455,52, identifica-se que 62% da categoria docente apresentava remuneração abaixo do piso nacional. A parte da categoria que percebe remuneração acima do piso nacional são professores que estão no magistério estadual a mais tempo e, portanto, ascenderam na carreira mais vezes recebendo, assim, valores nominais acima do piso. Além disso, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do RS prevê para 2020 congelar pelo 5º ano consecutivo os salários dos servidores do executivo, onde se insere a categoria do magistério estadual.

Importante destacar que a Lei nacional do piso salarial do magistério (Lei nº 11738/2008) não é opcional para gestores públicos, todas as esferas da administração pública que ofertam níveis e modalidades da Educação Básica devem cumprir com a lei nacional. No caso do RS, desde que a Lei foi aprovada nenhum dos governos (Yeda Crusius - PSDB - 2007-2011; Tarso Genro - PT- 2011-2015; José Ivo Sartori - PMDB- 2015-2018, Eduardo Leite - 2019 - atual) cumpriu com a legislação e, através do seu sindicato, a categoria docente tem realizado diversas mobilizações para que os governos cumpram com a Lei.

Nas respostas à pergunta sobre o piso nacional do magistério não ser cumprido no Estado do RS, os professores demonstraram-se bastante insatisfeitos em todas as respostas. Palavras como “péssimo”, “ridículo”, “desrespeito” e “descaso” foram citadas, demonstrando a indignação dos professores. O fragmento da resposta abaixo é a expressão do que pensam os professores:

Desrespeito e descaso com um direito que determina o que é justo que se pague a um professor por 40 horas de trabalho, governos desastrosos e mal-sucedidos que não priorizam a educação como forma de desenvolvimento, que não priorizam nada, nem educação, nem saúde e nem segurança. O governo não cumpre nem determinações judiciais; a única avaliação que faço é desesperança, indignação e tristeza. (P17).

Nas palavras deste professor, observamos a desvalorização, não somente do Magistério, mas também sobre outras formas de trabalho no serviço público como saúde e segurança. O professor além de enfrentar a desvalorização do seu trabalho e a carga horária de trabalho não remunerada, enfrenta também a falta de segurança e saúde pública de qualidade, que irá interferir em seu trabalho. Outro professor questiona: “não entendo porque as leis só funcionam para alguns; por que o Governo não cumpre a lei e nada acontece?” (P3).

Desde o início da gestão do Governador José Ivo Sartori (2015-2019, PMDB), o magistério estadual está convivendo com o parcelamento de salários e não pagamento de seus direitos como 13º, férias etc. Dos 26 professores, 56% afirmaram que o parcelamento dos salários torna o trabalho desmotivante, outros cinco



professores (19%) apontam que tal ação desqualifica o trabalho docente, bem como um grande desrespeito com o servidor, como lembrado por outros dois professores (8%).

Apenas dois professores (8%) relataram que os parcelamentos pouco afetaram em seus trabalhos, visto que, por estarem em início de carreira, o parcelamento não havia chegado até seus salários ou, quando chegou, foi uma vez ou duas.

Essas questões nos apontam problemas graves, pois os professores desmotivados também acabam por desmotivar os estudantes. Além de prejudicar diretamente o sistema educacional, ocasiona diversos efeitos em outros pontos da economia, visto que esses trabalhadores perdem sua estabilidade financeira. Fora que trabalham sem esperança de uma melhora no sistema público de ensino, visualizando cada vez mais a precarização dele.

Na avaliação acerca do Plano de Carreira do magistério estadual no RS, dos 26 professores que responderam à Enquete, 31% considera uma condição péssima do plano de carreira; 27% consideram bom; 19% consideram ruim, 19% identificam como regular e 4% consideram ótimo. Portanto, podemos observar que a metade da categoria docente (50%) avalia como péssimo/ruim o plano de carreira e 31% avaliam como bom/ótimo.

Em relação às condições gerais de trabalho, ao serem perguntados sobre qual a média de estudantes nas turmas em que ministram suas aulas, obtivemos uma resposta média de 30 à 35 estudantes por turma, 58% das respostas. De acordo com a legislação vigente, não há definição ou parâmetro relativo à número máximo de estudantes em cada etapa da Educação Básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996) estabelece no artigo 25 que: “será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançarem relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento” (BRASIL, 1996), também ficando a critério do respectivo sistema de ensino, observar as condições/características regionais e locais para desenvolver formas de atender este artigo. No RS, o Conselho Estadual de Educação (CEED-RS) emitiu o Parecer 1.400/2002, em que recomenda até 25 estudantes no 1º ano do Ensino Fundamental; do 2º ao 4º ano até 30 estudantes e do 5º ao 8º ano até 35 estudantes.

Independente destas orientações do CEED-RS observou-se um descontentamento sobre este número de estudantes, 58% dos professores responderam que o número de estudantes em suas turmas não é adequado para a garantia de qualidade da educação, ou seja, a grande quantidade de estudantes influencia negativamente no aprendizado, o que remete a um ponto de precarização do trabalho em vista que a quantidade de estudantes dificulta a organização do trabalho pedagógico. Podemos observar tal aspecto no fragmento da seguinte resposta: “em virtude de não termos materiais suficiente para trabalharmos com esta quantidade de alunos, o método de ensino acaba sendo o global, dificultando a qualidade do aprendizado.” (P13).

Para 34% dos professores, a quantidade de estudantes em suas turmas é adequada para uma boa qualidade de aprendizagem e 8% dos professores não souberam opinar. Um destes professores que não soube opinar respondeu: “nem sei! Já nos



acostumamos com isso.” (P1). O que nos apresenta uma possível descrença com melhorias das condições de trabalho e que pode ter naturalizado esta condicionante que não a percebe como uma forma de precarização que dificulta seu trabalho e o aprendizado dos estudantes.

Sobre a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras em cada escola (professores e funcionários), enquanto 42% consideram regular, 31% considera pouco ou muito pouco e 27% considera bom (nenhum professor considerou “ótimo” o número de trabalhadores na escola). Portanto, é possível afirmar que aproximadamente 1/3 da categoria avalia positivamente o número de trabalhadores e ou 1/3 avalia negativamente, possivelmente em razão de desiguais disponibilidades de trabalhadores para cada escola o que torna a percepção dos professores também diferenciada.

Em relação à infraestrutura, os professores foram questionados se a escola em que trabalham possuía ou não determinadas infraestruturas próprias para o trabalho pedagógico e, posteriormente, responderam acerca da qualidade ou condições de tais espaços.

Salas de aulas, secretaria e cozinha são estruturas que estão presentes em todas as escolas, ainda que não sejam totalmente adequadas às necessidades pedagógicas e de atendimento de acordo com os professores. Chama a atenção que menos da metade dos professores respondeu que as escolas em que trabalham possuem ginásio esportivo, vestiário e horta; e pouco mais da metade das escolas possuem laboratórios, sala de informática, sala multimídia e estacionamento. Pelas respostas dos professores também se observa que, embora as escolas possuam determinadas estruturas, as condições em que se encontram não são totalmente adequadas, especialmente os laboratórios, sala de informática, banheiros, quadra de esportes e estacionamento em que menos da metade das respostas consideraram adequadas.

Os espaços que são principalmente utilizados pelos professores da EF nas escolas foram avaliados de forma negativa tanto no sentido da escola não possuir, como também a qualidade destas estruturas nas escolas que possuem. Entre os professores, apenas 21% dos professores informaram ter ginásio esportivo em suas escolas e somente 23% responderam que as escolas possuem vestiários. Destacamos que apenas duas escolas têm ginásio esportivo no município de Pelotas. Embora 92% das escolas tenham quadras esportivas, 63% destas não estão em condições adequadas para as atividades desenvolvidas nas aulas de EF.

Na avaliação dos professores acerca dos espaços e instalações utilizados para as aulas de EF, a maioria dos professores (69%) respondeu que as instalações não são adequadas. Constam em suas respostas reclamações sobre as condições das quadras esportivas, que estão em estado de deterioração, com buracos, sem tabelas para a prática do basquete, pavilhões sem parquet e/ou sem cobertura etc. Algumas respostas dos professores mostram o descaso com a manutenção das escolas, podemos observar em seus relatos diversos problemas de infraestrutura que prejudicam o desenvolvimento das aulas, o professor P1 relata o seguinte: “temos apenas uma quadra de cimento necessitando de algumas reformas. Quando chove alaga e não temos onde dar aula”, seguido do professor P15 que explica igualmente ao P1 que em dias de chuva as aulas de EF não podem ser na quadra, pois “em dia de



chuva não tem como dar aula na quadra, não possui tabelas de basquete, mal pintada.”

As respostas que avaliam positivamente as condições de infraestrutura foram 19% dos professores. O P10 afirmou que a escola onde trabalha tem um ginásio de esportes e que esta realidade só é igual em mais uma das escolas da rede estadual, como podemos observar em seu relato: “temos ginásio de esportes e esta é uma realidade que ‘apenas’ nossa escola e outra possuem”. Outro professor explica que já havia trabalhado em escolas que não tinham as condições necessárias para a realização das aulas de EF, porém a escola onde trabalha agora possui, ele relata que: “Se for fazer um comparativo com outras escolas do estado sim, já trabalhei em escolas em que a quadra era chão batido, minha escola tem quadra coberta com tábua corrida, vestiários e banheiros limpos.” (P17). Observa-se neste relato que alguns professores possuem conhecimento das condições das escolas estaduais e que nem todas possuem condições favoráveis para o trabalho pedagógico da EF.

Outros 12% responderam que a infraestrutura, segundo eles, se encontrava em boas ou razoáveis. Dos motivos apontados, aparecem falta de cobertura da quadra esportiva ou em condições precárias e estruturas que carecem de manutenção. Mesmo os professores que não esboçaram opiniões centradas no sim ou no não, podemos visualizar que tinham reclamações sobre a estrutura das escolas onde trabalham, como o relato do professor P3: “temos quadra de esportes, mas todas elas em condições precárias (com buracos, sem tabelas, falta de parquet no pavilhão)”. Desta maneira, este professor é ciente da realidade estrutural que envolve de seu trabalho. O que faz refletir que muitas vezes os professores de EF têm que se adaptar a espaços que não seriam próprios para uma atividade anteriormente planejada, fazendo com que os professores improvisem ou adaptem-se à espaços precários para as aulas de EF.

Outro ponto, importante para o desenvolvimento das aulas de EF são as condições dos materiais, assim, foi questionado aos professores sobre os materiais disponíveis para as aulas de EF. Nesta questão, 33% afirmaram que os materiais disponíveis são bons, seguido de 26% que indicou regular, 22% afirmam que é pouca, 11% consideram muito bons e apenas 8% consideram ótimo. Portanto, praticamente a metade dos professores avalia positivamente os materiais disponíveis para a EF e a outra metade avalia negativamente.

Sobre equipamentos de segurança do trabalho, como extintores de incêndio, saídas de emergência, atendimento de urgência e outros, a grande maioria dos professores (81%) afirmou que as escolas praticamente não possuem equipamentos de segurança. Em sua maioria, as escolas possuem extintores de incêndio, em alguns casos estão vazios ou com validade vencida. Uma resposta que chamou atenção foi de um dos professores (P18), que afirmou que no início de seu ingresso na rede estadual existiam até mesmo consultórios médicos e odontológicos que atendia a comunidade escolar, porém foram fechados ao longo dos anos.

Ao serem questionados acerca da avaliação geral das condições de trabalho docente na rede estadual, os professores avaliaram negativamente em sua grande maioria, perfazendo um total de aproximadamente 70%. As respostas deste grupo apontam indicadores de precarização como os salários defasados e atrasados, falta condições



de forma geral das escolas, falta de professores, monitores, bibliotecários, entre outros funcionários, falta de materiais e espaço (infraestrutura) físico, desestímulo, estudantes descomprometidos e família ausente. O professor P25 relata algumas das reclamações recorrentes dos demais:

Péssimas. Na escola onde trabalho, não há estrutura, os materiais são escassos, além dos salários estarem parcelados há 22 meses, sem nenhum reajuste, enfim, está muito ruim de trabalhar no magistério estadual [...] na minha opinião, toda essa precarização que está ocorrendo na rede pública, e não só no estado, é feita de forma proposital. A ideia é precarizar para poder privatizar. (P25).

Assim, notamos que os professores sofrem com a precarização e intensificação de seu trabalho, igualmente quando se diz respeito à perda de “[...] direitos historicamente conquistados, a fragmentação da carreira, e suas próprias condições de ensino.” (BACCIN; SHIROMA, 2016, p.135).

Os professores que avaliam positivamente são 16%. Um dos professores (P8), explica que considera dar uma aula boa nas condições em que a escola se encontra, porém aponta ser necessário que estudantes e professores tivessem condições melhores de estrutura. Uma das professoras (P26) explica que as condições regulares, pelo baixo salário e material destinado a EF, também o trabalho mal desenvolvido pelo professor de EF faz com que a disciplina não seja valorizada. Dos professores que consideram boas as condições de trabalho, apenas um (P17) justificou, este explica que apesar da carga horária e dos salários, acredita que a escola onde trabalha tem um ambiente bom, e afirma que tem autonomia e aplicabilidade em seu trabalho docente.

Ao serem questionados sobre a forma que a precarização do trabalho docente influencia na qualidade do ensino, praticamente a totalidade das respostas apontaram para a influência negativa da precarização na qualidade do trabalho, podendo ser divididos em três aspectos centrais: a) condições de infraestrutura: falta de recursos, materiais e equipamentos; b) condições de trabalho: jornada exaustiva, pouco tempo para estudo, desvalorização salarial e aumento da desigualdade; e, c) saúde mental: desmotivação, desgaste, sobrecarga, solidão e impotência.

Ainda assim, se pudessem voltar no tempo, a ampla maioria dos professores optaria novamente pela docência em EF, pois ao mesmo tempo em que a compreensão geral dos professores identifica que a docência na rede estadual é desvalorizada e precarizada por contas das políticas educacionais implementadas pelos governos, tais questões não são necessariamente motivos que levem a ampla maioria (69%) a repensar a sua profissão no sentido de não optar pela docência.

As razões pelas quais optariam novamente pela docência tem aspectos relativos à questões emocionais de vocação, sentir-se útil ou gostar do que faz; e também questões sociais caracterizadas tanto pela função social da educação com as possibilidades de transformação da realidade como a especificidade da área da EF em relação ao ensino de aspectos da qualidade de vida e motivação através do movimento.

Chama a atenção que 23% dos entrevistados apontem uma realidade dura do magistério estadual que leva ao abandono da docência, inclusive em conflito com os



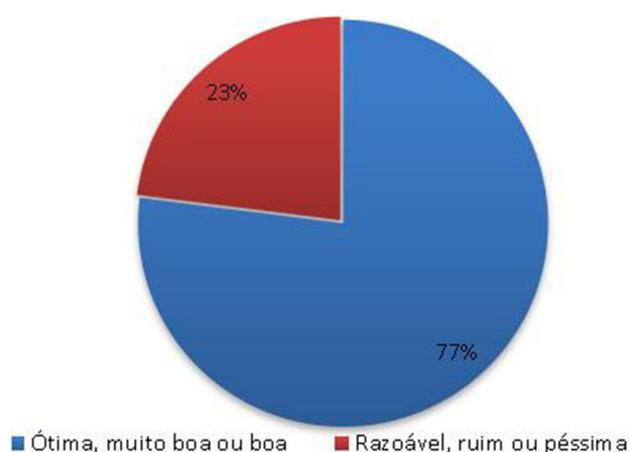
desejos de permanecer, mas inviabilizado pelas condições objetivas da profissão. A seguinte resposta é bastante expressiva neste sentido: “Eu não estou feliz nessa profissão da maneira como a educação é lidada no Brasil de forma geral. E isso abrange muito mais do que a questão salarial: o trabalho docente em si está muito desvalorizado no Brasil.” (P22). No âmbito escolar, a insatisfação no trabalho docente contribui decisivamente para o evento de abandono do exercício do magistério, que ocorre de forma lenta através de fatores pessoais, desprestígio profissional, institucionais, além de questões políticas e econômicas. (BUENO; LAPO, 2003).

Ao serem perguntados se já tinham vivenciado ou conheciam algum colega que havia sofrido assédio moral, discriminação, exclusão, assédio sexual, agressão verbal ou agressão física, 38% dos professores afirmou que já sofreram ou sabem de algum colega que sofreu assédio moral; discriminação e exclusão foram indicados por 23%; 19% preconceito; 27% agressão física; 15% assédio sexual e agressão verbal que foi apontada por 62%. Apenas 12% das respostas não indicaram nenhuma das alternativas. Observa-se, portanto, que a categoria docente convive com diversas formas de opressão e relações abusivas no trabalho, em especial agressões verbais nas relações com os estudantes e assédio moral na relação com colegas, equipes diretivas e responsáveis pela administração pública.

A maioria dos professores, 77%, percebe que a sua saúde está boa, muito boa ou ótima; 23% acreditam que a sua saúde está razoável, ruim ou péssima, conforme a figura 2.

**Figura 2** - Percepção da saúde docente.

### Como considera sua saúde?



Fonte: Elaborado por Frizzo, Silveira e Oliveira (2018).

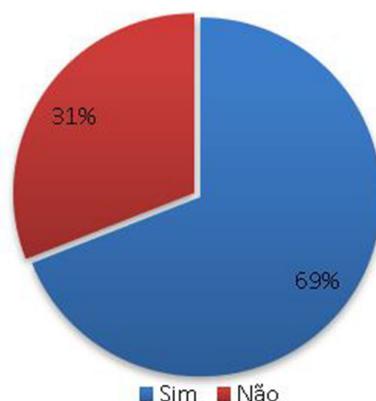
Porém, ao serem questionados se já sentiram algum tipo de problemas de saúde física ou mental em decorrência do trabalho, 69% afirmou que sim e 31% não (figura 3). Ou seja, ao mesmo tempo em que os professores percebem sua saúde como positiva, também identificam que já tiveram problemas de saúde física ou mental em decorrência do trabalho. Das ocorrências, os professores relataram problemas emocionais, estresse, dor de garganta, nas costas, musculares e outras lesões.



Algumas situações do trabalho que afetam a saúde física e mental dos professores foram relatadas, como: professores que levam materiais próprios para as escolas em que trabalham tendo que fazer o transporte destes; ministrar aulas para mais de uma turma ao mesmo tempo no pátio da escola; exposição ao clima (calor, frio, chuva, umidade); dentre outras situações.

**Figura 3** – Indicação de problemas de saúde física e/ou mental em decorrência do trabalho.

### Já teve problemas de saúde física/mental relacionados ao trabalho?



Fonte: Elaborado por Frizzo, Silveira e Oliveira (2018).

Problemas de saúde em decorrência do trabalho docente também se identificam quando 46% dos professores, quase a metade, utilizam algum tipo de medicamento como remédios para ansiedade e depressão, antiinflamatórios, antidepressivos, reguladores de pressão arterial, entre outros. A outra metade da categoria, 50%, respondeu que não está utilizando medicamento neste momento. Os 4% faltantes não responderam a esta questão. Considera-se que é um percentual elevado da categoria que utiliza medicamentos em decorrência de condições de trabalho precárias e do adoecimento.

Os problemas emocionais ou mentais que os professores apresentam constantemente foram citados nas seguintes proporções: cansaço (46%); estresse (42%); desmotivação (42%); desânimo (38%); esgotamento (31%); ansiedade (27%); irritabilidade (19%); dificuldade de relaxar (19%); insônia e/ou rouquidão (12%); depressão (8%). Outro professor respondeu “medo do futuro”. E 23% dos professores não apresentaram nenhum dos problemas relacionados à questão.

Na questão anteriormente citada acerca da percepção de saúde, a maioria da categoria avalia positivamente sua saúde, porém nas questões posteriores apresentaram diversos aspectos que indicam problemas de saúde mental e/ou física, ou seja, embora tenham adoecido, tomem diversos tipos de medicamentos e identifiquem problemas já sentidos em decorrência do trabalho na rede estadual de ensino, os professores percebem positivamente sua saúde. Diante dessa realidade, estudos revelam que muitos professores são acometidos pela Síndrome de *Burnout*. (SINOTT, 2013; VALÉRIO; AMORIM; MOSER, 2009, SANTINI; MOLINA NETO, 2004). É



importante ressaltar que as dimensões que identificam a Síndrome de Burnout – exaustão emocional, despersonalização e realização profissional – são geradas também a partir da insatisfação dos professores em relação a sua profissão.

Praticamente a totalidade dos professores (96%) indicou que consegue se alimentar adequadamente, no mínimo 3 vezes ao dia. Apenas 1 professor relatou que não e justificou por motivos particulares.

Entendendo o tempo livre como elemento importante para a compreensão da saúde, os professores foram questionados sobre as atividades que realizam fora do ambiente do trabalho em que foram elencadas 13 opções de respostas fechadas e uma aberta, nas quais os professores puderam assinalar tantas quantas quisessem. Dessa forma, as atividades realizadas no tempo livre foram assim apontadas: esportes (62%); filmes e TV (58%); passeios (54%); descanso (46%); cinema (46%); leitura (42%); viagens (35%); festas (31%); cursos (31%); prolongamento do trabalho (15%); atividades religiosas (12%); nenhum assinalou a opção teatro. E 23% dos professores afirmaram que realizam outras atividades, relacionadas à práticas corporais (pilates, caminhadas, torneios esportivos), outra afirmou ter um segundo trabalho (fisioterapeuta), apenas uma relatou ter envolvimento com o sindicato nas horas livres.

A satisfação no trabalho também foi perguntada aos professores, 77% apontaram que o maior motivo de satisfação profissional tem a ver com o aprendizado e reconhecimento do trabalho por parte dos estudantes, bem como da oportunidade de contribuir com a formação dos jovens. Em menor proporção, os demais professores indicam que o reconhecimento do trabalho por parte da comunidade escolar, dos colegas e famílias, da alegria de trabalhar e o prazer proporcionado são os motivos de satisfação profissional.

Já os motivos de insatisfação profissional podem ser compreendidos nos percentuais seguintes: 53% das respostas citaram a questão da desvalorização salarial (baixa remuneração) como motivo maior de insatisfação profissional; 23% apontaram a falta de condições de trabalho e infraestrutura, bem como carência de materiais; 24% indicou que os maiores motivos de insatisfação se refere à questões de descaso e desrespeito aos professores em relação ao seu trabalho, tanto por parte do governo, como por parte de estudantes e comunidade escolar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento desta investigação alcançou dados sobre a realidade do trabalho docente da EF no EM na Rede Estadual de Ensino do RS, na cidade de Pelotas, que permitem uma considerável compreensão acerca dos elementos que constituem o fazer docente, tanto no sentido das dificuldades como também dos desafios que a carreira profissional atravessa ao longo de sua trajetória.

Dentre estes elementos, se destaca as questões relativas à extensa jornada de trabalho dos professores que, além das horas destinadas ao vínculo com o serviço público estadual, também é acompanhada do trabalho em outras redes de ensino, em escolas privadas ou em outros setores da economia inclusive fora da área da EF. As condições infraestruturais, salariais e do plano de carreira são aspectos que interferem



negativamente nas condições objetivas de vida dos professores e ocasiona, dentre outras questões, em adoecimento.

Deste modo, o não cumprimento da lei que garante o piso salarial dos professores, afeta diretamente na extensão da jornada de trabalho dos professores, também questão de infraestrutura das escolas, como locais inadequados para o desenvolvimento do trabalho docente e falta de materiais para o desenvolvimento das aulas de EF, causam a precarização do trabalho e por consequência afetando a saúde dos trabalhadores da educação, que devido a questões de estresse profissional e ausência de tempo para cuidado de si, entre outros, acabam por recorrer a remédios em decorrência de sua atividade laboral. Nesta pesquisa, observamos que aproximadamente a metade dos professores já utilizou medicamentos em razão de adoecimento decorrente do trabalho.

Por fim, o desenvolvimento dessa coleta de dados e decorrente investigação científica trouxe significativos resultados. A utilização da Enquete Docente permitiu a participação de um expressivo número de professores que atuam no EM da Rede Estadual de Ensino do RS na cidade de Pelotas-RS e pode servir para futuras investigações em outras redes de ensino ou em outros municípios, buscando verificar as tendências e dissonâncias entre os resultados a que chegamos.

## 5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. M. **Caracterização dos professores de Educação Física que trabalham com esporte extraclasses**: motivações, trajetórias, saberes e identidades. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9. ed., São Paulo: Boitempo, 2007.
- BACCIN, E. V. C.; SHIROMA, E. O. A intensificação e precarização do trabalho docente nos institutos federais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.18, n.39, p.129-150, 2016.
- BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 jun. 2019.
- BUENO, B. O.; LAPO, F. R. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Caderno de Pesquisa-USP**, v.118, p.65-88, 2003.
- CODO, Wanderley. (Org.). **Educação**: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ELIAS, M. A.; NAVARRO, V. L. **Equilibristas na corda bamba**: o trabalho e a saúde de docentes do Ensino Superior privado de Uberlândia/MG. 2014. 181 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.
- FRIZZO, G.; BOPSIN, A. Saúde docente e a precarização do trabalho no curso de graduação em Educação Física na rede privada do ensino superior. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p.1271-1282, 2017.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMOS, L. M. **Formação e trabalho do(a) professor(a) de Educação Física na formação social capitalista**. 2011, 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLINA NETO, Vicente *et al.* A Educação Física no ensino médio ou a para entender a era do gelo. **Motrivivência**, Florianópolis, v.29, n.52, p.87-105, 2017.

CEED-RS. **Parecer 1400/2002 de 11 de dezembro de 2002**. Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2002.

SANTINI, J; MOLINA NETO, V. **A Síndrome do Esgotamento Profissional**: o abandono da carreira docente pelos professores de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. 2004. 224 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SEDUC-RS. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - 2011-2014**. Porto Alegre: Secretaria da Educação, 2011. Disponível em: [http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/ens\\_med\\_proposta.pdf](http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf). Acesso em: 17 mai. 2019.

SILVA, Marta S. S. J. **Síndrome de Burnout em professores de Educação Física das escolas estaduais do ensino médio da cidade de Pelotas/RS**. 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

SINOTT, E. **Síndrome de Burnout**: um estudo com professores de Educação Física das escolas municipais de Pelotas. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

SOUZA, M.; RAMOS, F. Educação Física e o Mundo do Trabalho: um diálogo com a atual reforma do Ensino Médio. **Motrivivência**, Florianópolis/, v.29, n.52, p.71-86, 2017.

VALÉRIO, F. J.; AMORIM, C.; MOSER, A. M. A síndrome de Burnout em professores de Educação Física. **Revista de Psicologia da IMED**, v.1, n.1, p.127-136, 2009.

Submetido em: **04/02/2020**

Aceito em: **23/06/2021**